

4. Dados Gerais do Município

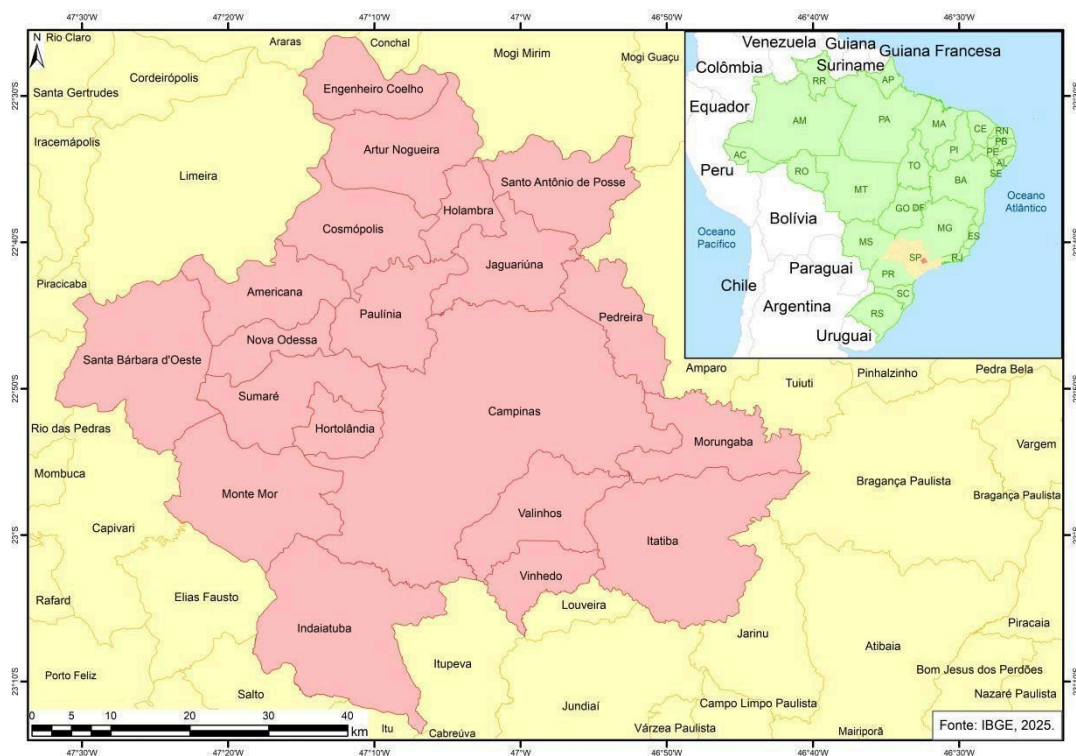
Autoria: Edlene Aparecida Monteiro Garçon, Cristiaini Kano, Gisele Freitas Vilela e Celina Maki Takemura

4.1 O município de Campinas

A análise territorial constitui um componente estratégico para o planejamento e o monitoramento de ações no âmbito do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) no município. Com esse propósito, o presente levantamento reúne informações atualizadas sobre o território de Campinas, visando subsidiar a formulação da política municipal de SAN. Ao sistematizar dados demográficos, socioeconômicos, ambientais e de infraestrutura urbana e rural, busca-se compreender as dinâmicas e desigualdades que estruturam o território, identificando fatores que influenciam o acesso à alimentação adequada, a organização dos sistemas alimentares e as condições de vida da população.

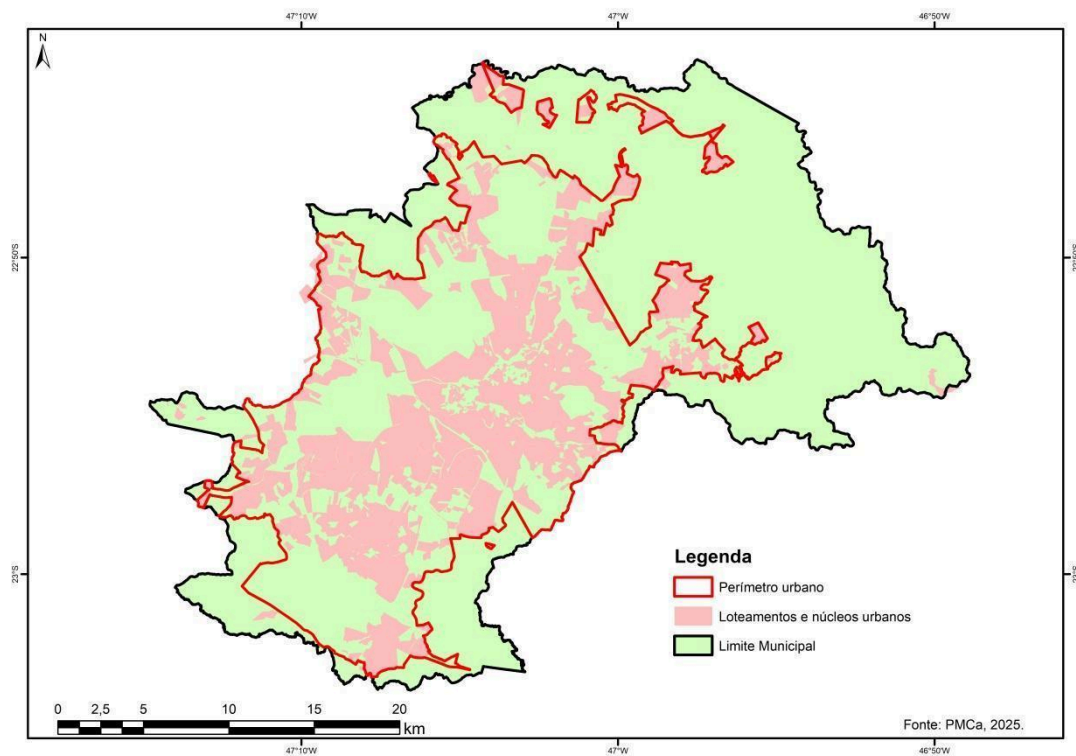
O município de Campinas, sede da Região Metropolitana de Campinas (Figura 1), está localizado a sudoeste do estado de São Paulo (Latitude S 22°53'20", Longitude O 47°04'40") ocupando uma área total de 794,57 km², sendo que 419,12 km² estão em perímetro urbano e 375,45 km² constituem a zona rural, com altitude média de 680 metros acima do nível do mar (PMCa, 2025). A área urbanizada do município (Figura 2) é de 245,14 km² e a urbanização das vias públicas é de 55,9% (IBGEa, 2025).

Figura 1. Localização da Região Metropolitana de Campinas.



Fonte: IBGE, 2025.

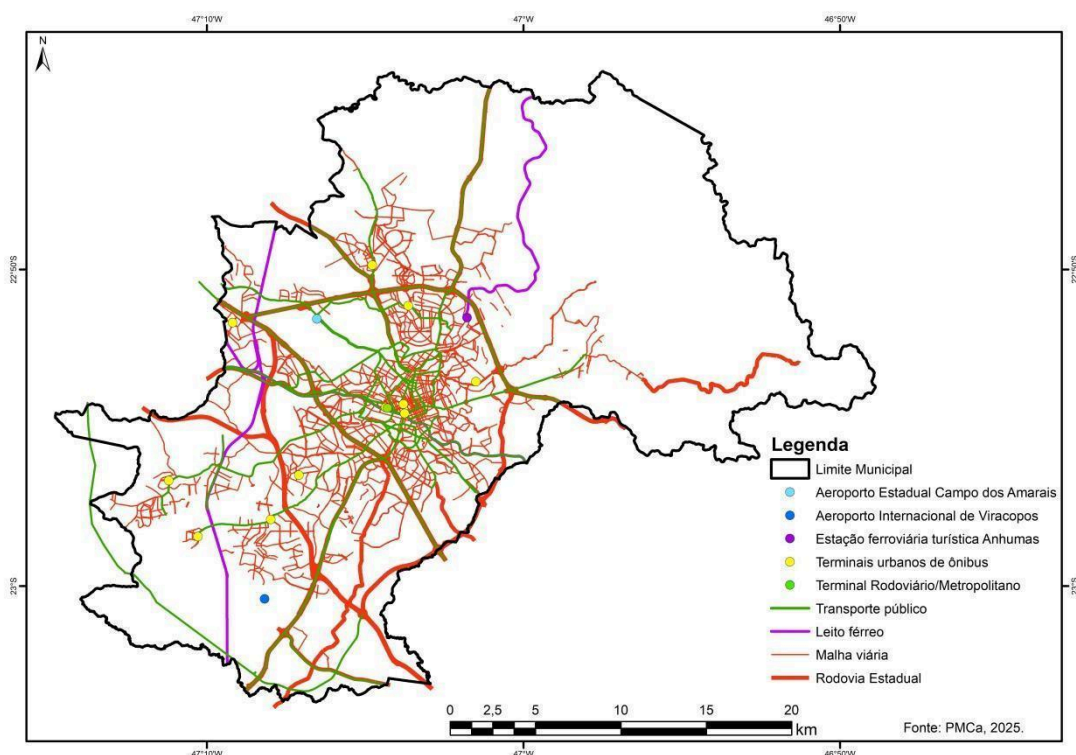
Figura 2. Perímetro urbano de Campinas e área urbanizada.



Fonte: PMC, 2025.

Sua localização é estratégica, ligando unidades produtoras a grandes concentrações populacionais e a pontos de exportação. Há dois aeroportos, sendo um internacional; uma linha e estação ferroviária turística e mais duas linhas ferroviárias, de transporte de passageiros e exportação de cargas. A malha viária compreende 15 rodovias estaduais, um terminal de ônibus rodoviário, um terminal metropolitano e 10 terminais urbanos, além de corredores de transporte público (Figura 3).

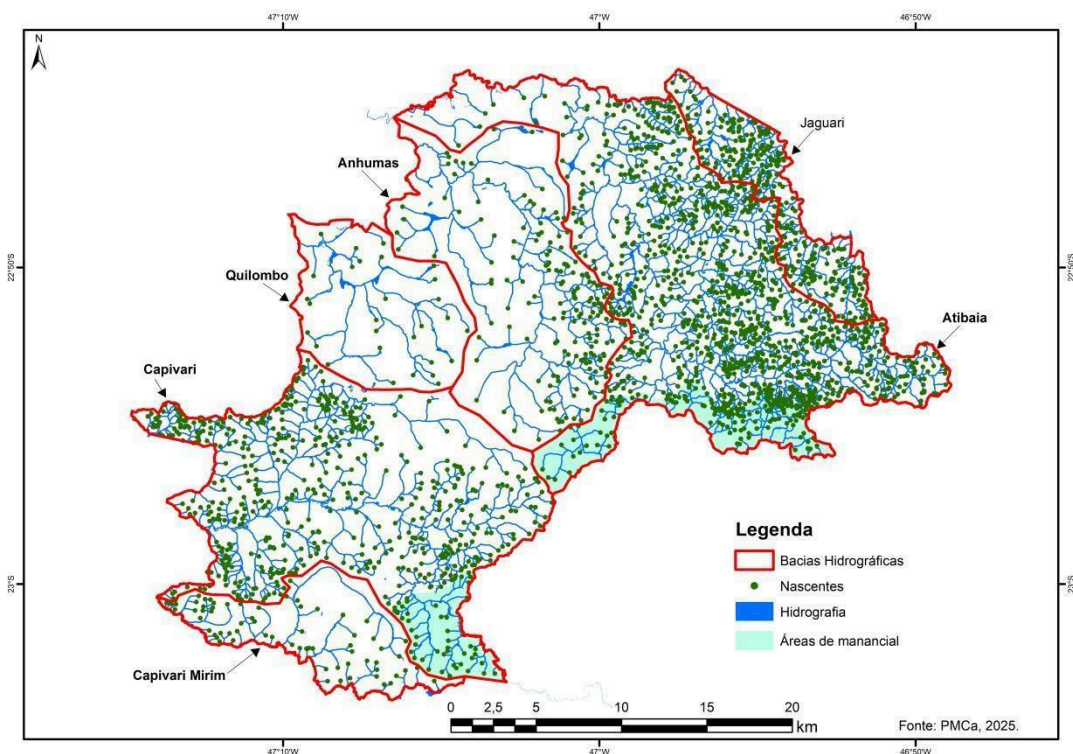
Figura 3. Rede de mobilidade de Campinas.



Fonte: PMC, 2025.

Há no município 2.315 nascentes inseridas em seis bacias hidrográficas (Figura 4), sendo que 182 estão em área de manancial, pois são pontos de captação de água para abastecimento público nos rios Capivari e Atibaia. O abastecimento de água em nível de atendimento corresponde a 99,8% dos domicílios, o esgotamento sanitário a 96,4% e a coleta de lixo a 99,85% (PMCa, 2025).

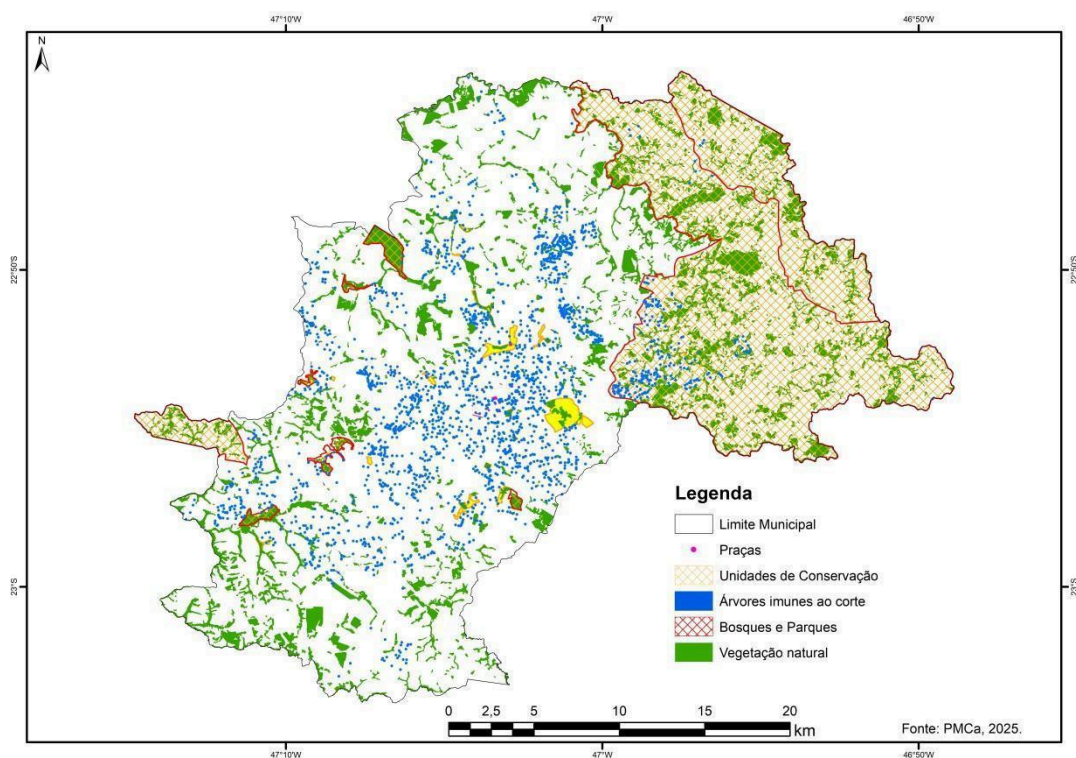
Figura 4. Bacias hidrográficas, rede hidrográfica e áreas de mananciais de Campinas.



Fonte: PMC, 2025.

Inserido predominantemente no bioma Mata Atlântica, o município possui 87,5% de suas vias públicas arborizadas (IBGEa, 2025), nove unidades de conservação, 8.852 ha de vegetação natural (11,1% do território) segundo levantamento do Plano Municipal do Verde (PMC) e 20,4 ha de áreas com árvores imunes ao corte, devido à “localização, raridade, beleza ou condição de porta-sementes” (BRASIL, 1965). Possui áreas verdes sociais que compreendem 26 bosques e parques e 2.498 praças públicas (Figura 5).

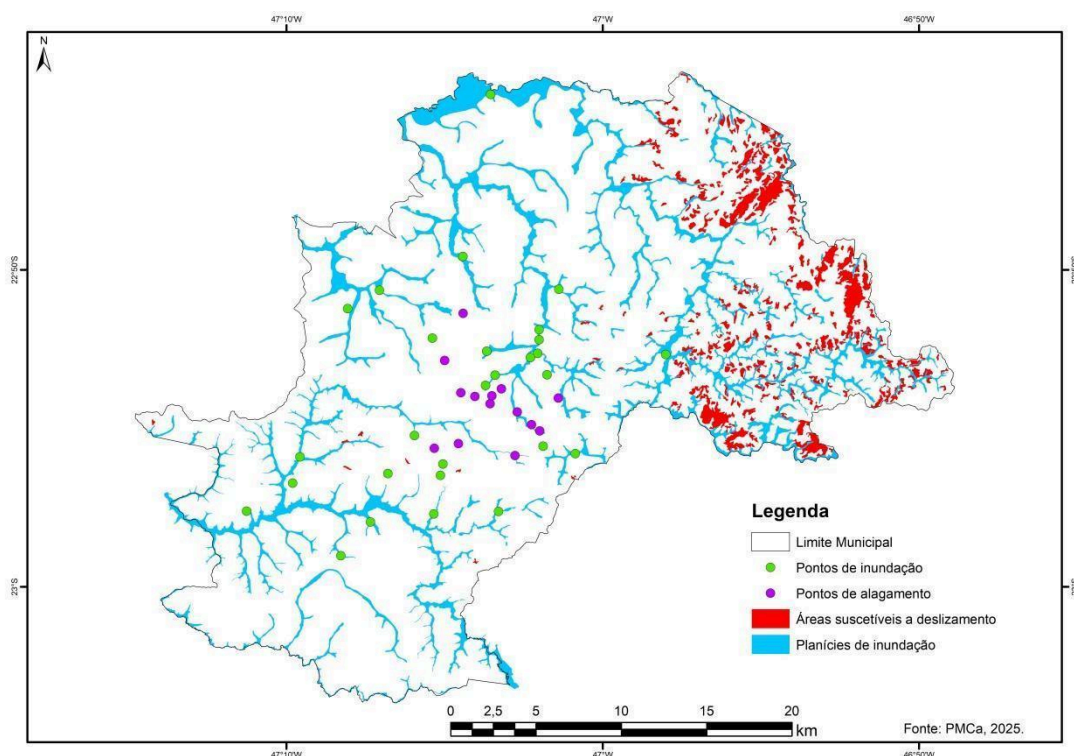
Figura 5. Áreas verdes no município de Campinas.



Fonte: PMC, 2025.

A população exposta a riscos hidrogeológicos é de 25.135 pessoas (IBGEa, 2025). Os pontos de alagamentos e inundação foram mapeados pela defesa civil do município (Figura 6), sendo que inundação é o transbordamento de um corpo hídrico (rio, lago etc.) para áreas normalmente não submersas e alagamento é o acúmulo de água devido a problemas de drenagem, geralmente em áreas urbanas sem escoamento.

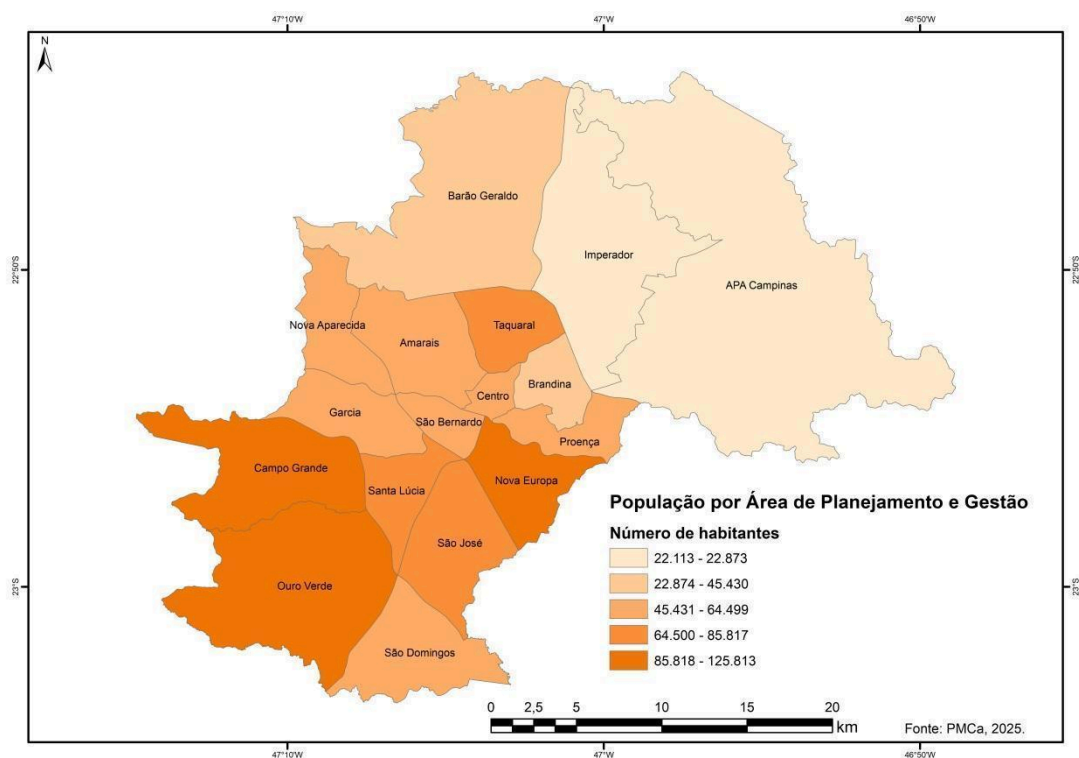
Figura 6. Áreas de risco hidrogeológico em Campinas.



Fonte: PMC, 2025.

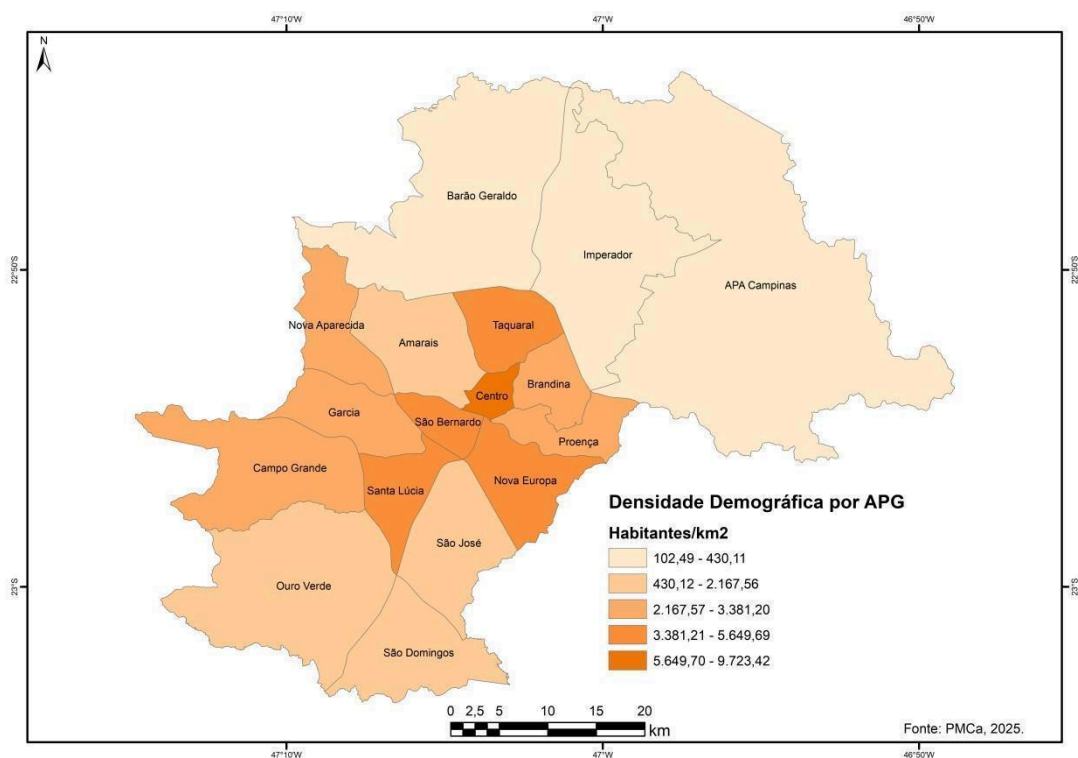
Com uma população de 1.139.047 pessoas, o município possui densidade demográfica de 1.433,54 habitantes/km² (IBGEa, 2025). Foram criadas em 2006 as Áreas de Planejamento e Gestão (APG) de Campinas e são referência para todos os setores da Administração (Campinas, 2018). As APGs com maior população são Campo Grande, Nova Europa e Ouro Verde e as menos populosas são Imperador e APA Campinas (Figura 7). No entanto, a densidade demográfica é maior no Centro e menor em Barão Geraldo, Imperador e APA Campinas (Figura 8).

Figura 7. População por APGs de Campinas.



Fonte: PMC, 2025.

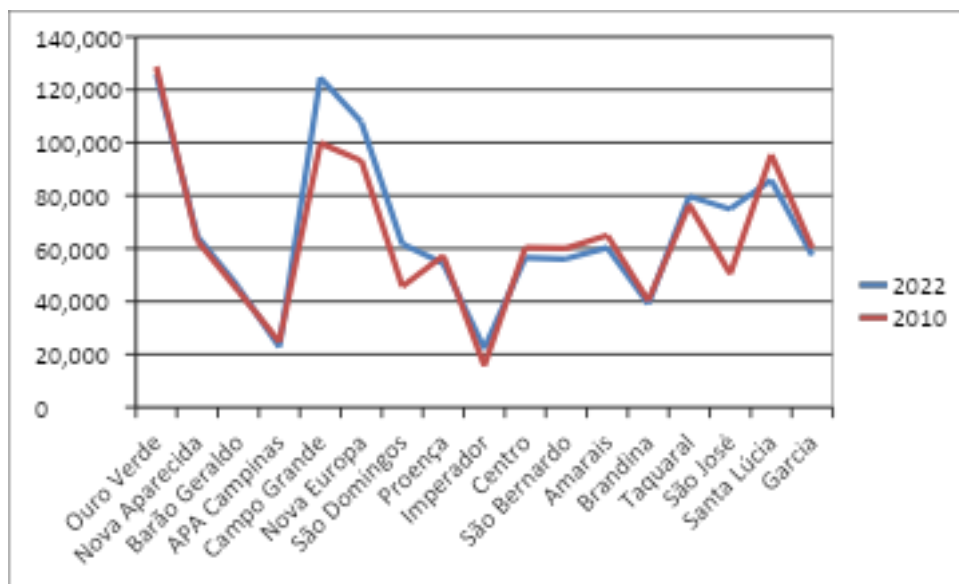
Figura 8. Densidade Demográfica por APGs de Campinas.



Fonte: PMCa, 2025.

Observa-se que apenas oito das APGs aumentaram sua população na última década: Nova Aparecida, Barão Geraldo, Campo Grande, Nova Europa, São Domingos, Imperador, Taquaral e São José. As demais tiveram decréscimo da população (Gráfico 1). A população residente em áreas urbanas corresponde a 98,28% e os domicílios com infraestrutura interna urbana adequada correspondem a 93,75% (PMCa, 2025).

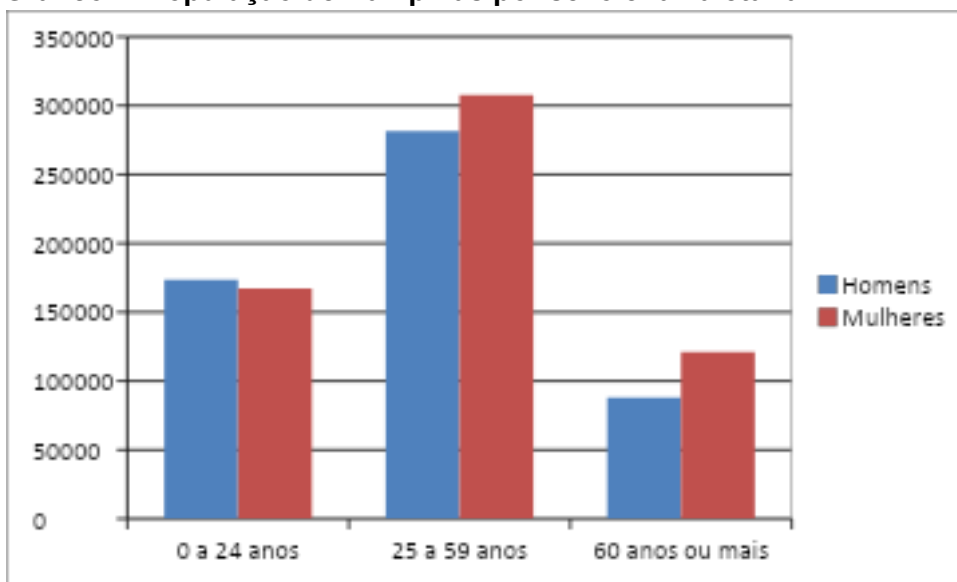
Gráfico 1. População absoluta por APGs de Campinas em 2010 e 2022.



Fonte: PMC, 2025.

A relação sexo por idade (Gráfico 2) demonstra um relativo equilíbrio por sexos, com a população entre 25 e 59 anos correspondendo a 52% da população, entre 0 e 24 anos a 30% e mais de 60 anos correspondendo a 18% da população.

Gráfico 2. População de Campinas por sexo e faixa etária.



Fonte: IBGEb, 2025.

O salário médio mensal dos trabalhadores formais é de 3,8 salários mínimos e o pessoal ocupado corresponde a 532.090 pessoas, ou seja, 46,71% da população (IBGEa, 2025). O percentual de domicílios com renda mensal per capita até $\frac{1}{4}$ do

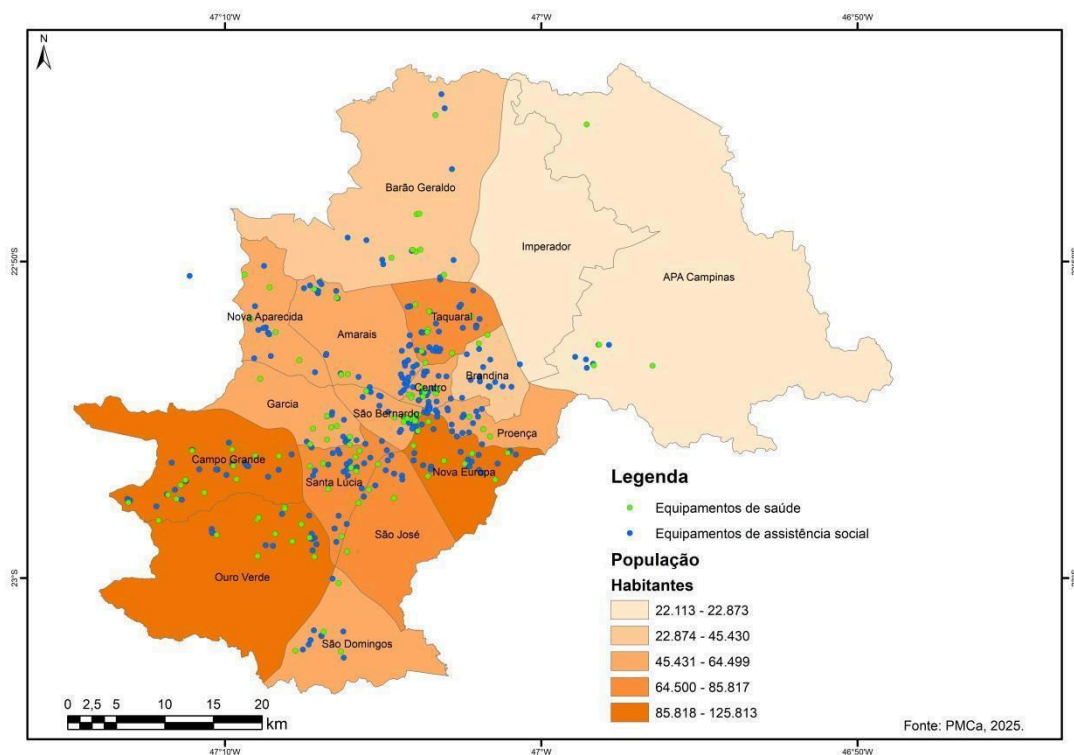
salário mínimo é de 5,38% e com renda per capita até $\frac{1}{2}$ salário mínimo é de 6,98% (PMCa, 2025).

A participação nas exportações no Estado é de R\$ 989.023.717,01, sendo 18,20% participação da agropecuária, 18,40% participação da indústria e 75,20% participação dos serviços. O Produto Interno Bruto (PIB) do município é de R\$ 53.364.538,39 e o PIB per capita é de R\$ 53.896,97, tendo 27,50% de participação no PIB no Estado (PMCa, 2025).

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma medida que avalia o progresso de um território em três dimensões básicas: saúde (expectativa de vida ao nascer), educação (média de anos de escolaridade) e renda (PIB per capita). Calculado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) varia de 0 a 1, sendo que valores mais próximos de 1 indicam um maior nível de desenvolvimento. O IDH de Campinas é de 0,816 (PMCa, 2025).

A taxa de natalidade representa a frequência de nascimentos vivos durante um ano, em Campinas corresponde a 10,86 nascidos por mil habitantes. A taxa de fecundidade, que representa o número médio de filhos que uma mulher tem durante o seu período reprodutivo, é de 40,35 filhos por mil mulheres entre 15 e 49 anos (PMCa, 2025). A taxa de mortalidade infantil é de 10,12 óbitos por mil nascidos vivos e 11,1 internações por diarreia pelo SUS por 100 mil habitantes (IBGEa, 2025). O município possui 113 equipamentos de saúde e 278 equipamentos de assistência social (Figura 9) distribuídos por todo o território.

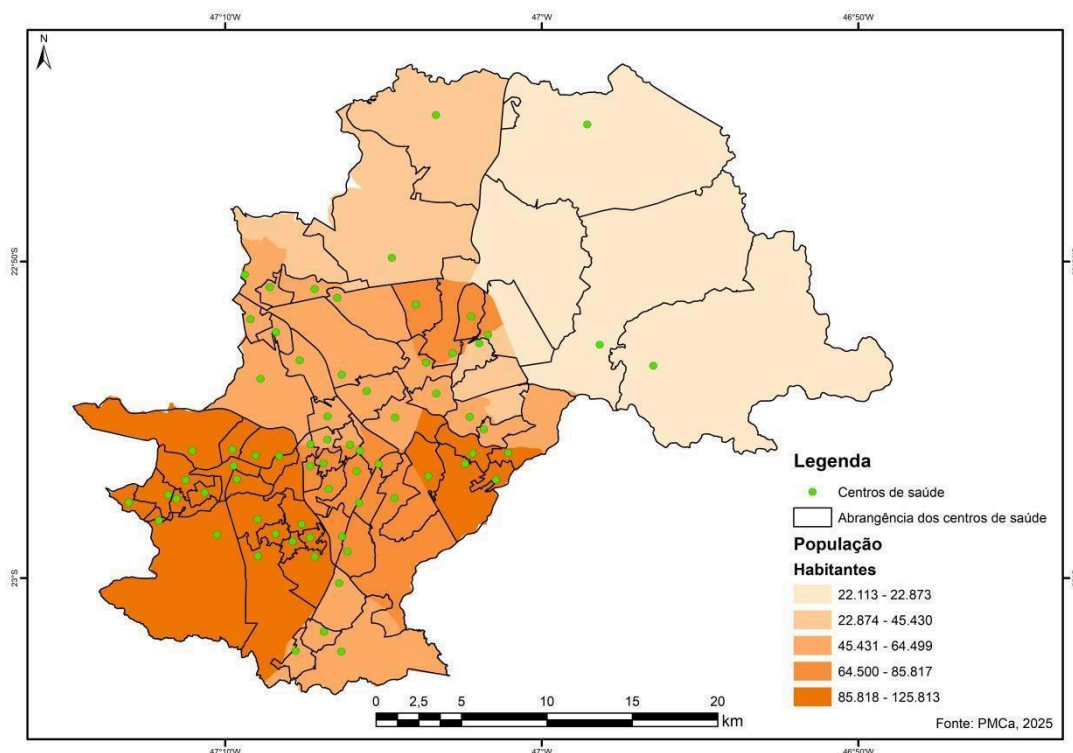
Figura 9. Equipamentos de saúde e assistência social em relação às APGs e suas populações.



Fonte: PMC, 2025.

Os centros de saúde possuem uma área de abrangência de acordo com a sua localização (Figura 10).

Figura 10. Área de abrangência dos centros de saúde em relação à população.

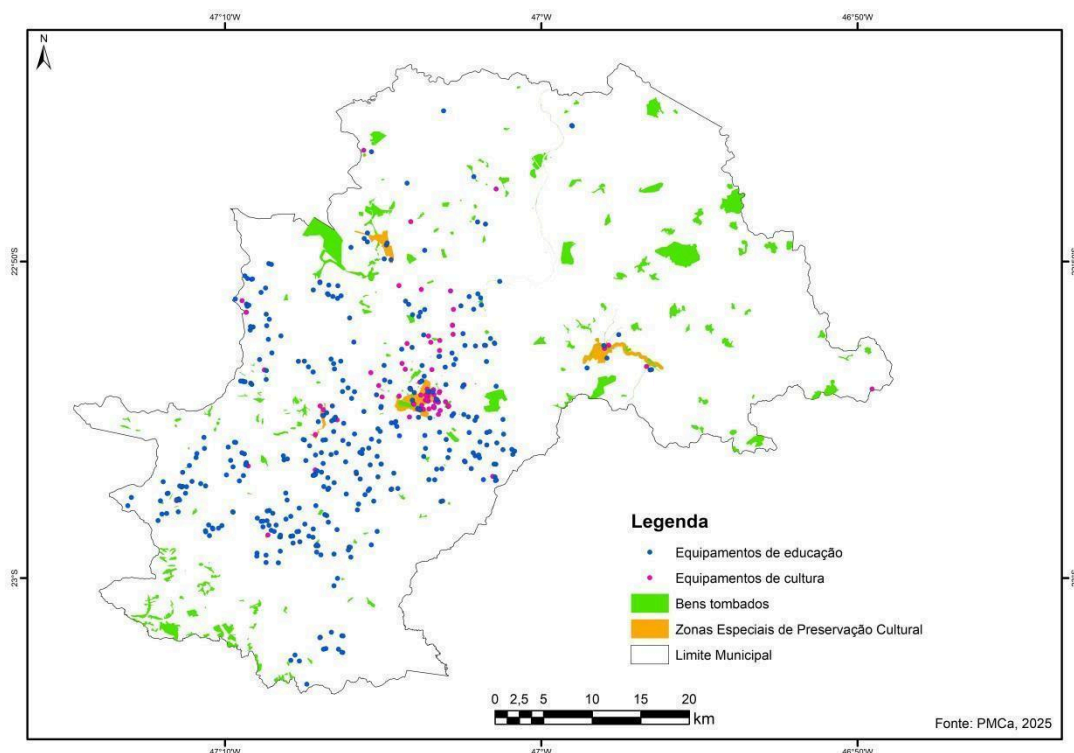


Fonte: PMCa, 2025.

A taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade matriculada no ensino regular é de 96% (IBGEa, 2025). O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) na rede pública para os anos iniciais do ensino fundamental é 6%, para os anos finais do ensino fundamental é 5,3% e para o ensino médio é 4,4%. As taxas de aprovação para os anos iniciais e finais do ensino fundamental e ensino médio são 98,7%, 98,2 e 88,3%, respectivamente (PMCa, 2025). Em 2023, foram 127.350 matrículas no ensino fundamental, 47.449 matrículas no ensino médio, 7.000 docentes no ensino fundamental e 2.728 docentes no ensino médio (IBGEa, 2025).

Há 374 equipamentos de educação e 80 equipamentos de cultura no município (Figura 13). Há também cinco Zonas Especiais de Preservação Cultural (ZEPECs), como instrumento urbanístico que visa identificar e fortalecer tanto as porções do território destinadas à preservação, valorização e salvaguarda dos bens e atividades culturais, quanto os espaços e estruturas que dão suporte a esses bens e ao patrimônio imaterial (PMC, 2018) e 647 bens tombados (Figura 11).

Figura 11. Equipamentos e áreas de educação e cultura.



Fonte: PMC, 2025.

Como se pode observar, o município de Campinas possui uma configuração territorial complexa no que se refere às questões ambientais, socioeconômicas e culturais. Com o objetivo de qualificar ainda mais a produção, a distribuição de alimentos e o acesso à população, buscando ações que atendam a todos em sua integridade, o município participa, atualmente, de sete pactos e compromissos:

- Pacto de Política Alimentar Urbana de Milão - assinado em 15 de outubro de 2015 por mais de 100 cidades, sendo composto por 37 ações recomendadas e agrupadas em 6 categorias: governança, dietas e nutrição sustentáveis, equidade social e econômica, produção de alimentos, fornecimento e distribuição de alimentos, desperdício de alimentos. Estas ações possuem indicadores para monitorar a efetiva implementação do Pacto. Campinas aderiu em 2023.
- Luppa (Laboratório Urbano de Políticas Públicas Alimentares) - idealizado e coordenado pelo Instituto Comida do Amanhã, trata-se de uma plataforma colaborativa para facilitar a construção de políticas alimentares municipais integradas, participativas e com abordagem sistêmica, visando contribuir para o fortalecimento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, em especial nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 2 (Fome zero), 10 (Redução das desigualdades), 11 (Cidades e comunidades sustentáveis), 12 (Consumo e produção responsáveis), 13

(Combate às alterações climáticas), 16 (Paz, justiça e instituições fortes) e 17 (Parcerias em prol das metas).

- Programa Cidades Sustentáveis - coordenado e executado pelo Instituto Cidades Sustentáveis desde 2012, o programa oferece ferramentas e metodologias de apoio à gestão pública e ao planejamento urbano integrado, além de mecanismos de controle social e estímulo à participação cidadã. As metodologias, ferramentas e demais conteúdos são de domínio público.
- Iniciativa Construindo Cidades Resilientes MCR2030 - liderada pelo Escritório das Nações Unidas para a Redução de Riscos (UNDRR) é uma iniciativa que, por meio da articulação de vários atores, promove a resiliência local por meio da defesa política, da troca de conhecimentos e experiências e do estabelecimento de redes de aprendizagem entre as cidades, promovendo, simultaneamente, o fortalecimento das capacidades técnicas, a conexão de vários níveis de governo e as alianças estratégicas.
- Passos para uma Vida Melhor- trata-se de uma plataforma desenvolvida para os profissionais da Prefeitura de Campinas com o objetivo de fornecer recursos e orientações sobre estratégias intersetoriais para a promoção da saúde e prevenção de doenças crônicas não transmissíveis (DCNT).
- Estratégia Alimenta Cidades - instituída pelo Presidente da República por meio do decreto Nº 11.822, de 12 de dezembro de 2023 e coordenada pela Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (SESAN/MDS), foi implementada em municípios prioritários, listados na Portaria MDS Nº 987, de 22 de Maio de 2024, com foco nas áreas periféricas para garantir o acesso a populações mais vulnerabilizadas. Tem como objetivo ampliar a produção, o acesso, a disponibilidade e o consumo de alimentos adequados e saudáveis.
- PLAC (Plano Local de Ação Climática de Campinas) - elaborado de abril de 2023 a maio de 2024 pela Prefeitura Municipal de Campinas, sob a coordenação da Secretaria Municipal do Clima, Meio Ambiente e Sustentabilidade, com suporte de consultoria técnica do programa cidades do World Resources Institute (WRI) e participação de diferentes institutos de pesquisa, instituições e sociedade civil, foi instituído pelo decreto Nº 23.435/2024 (PMC,2024). Trata-se de um documento orientador e estratégico que entrega à cidade um caminho integrado e inclusivo - alinhado com suas prioridades sociais, ambientais e econômicas - voltado à mitigação de emissões de gases de efeito estufa e aumento da resiliência da cidade frente aos impactos das mudanças climáticas. O PLAC contém, também, marcos de implementação para o início imediato de sua execução.

Sendo assim, este diagnóstico visa contribuir para o entendimento da situação de Segurança Alimentar e Nutricional por meio da atualização dos dados existentes sobre o tema.

4.2 Referências bibliográficas

BRASIL. Código Florestal. **Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4771impressao.htm. Acesso em: abril/2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Organização do Território**. Malhas Territoriais. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/downloads-geociencias.html>. Acesso em: abril/2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGEa). **Cidades e Estados**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados>. Acesso em: abri.2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGEb). **Censo demográfico 2022**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2022/universo-caracteristicas-urbanisticas-do-entorno-dos-domicilios>. Acesso em: abri 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS (PMCa). **Banco de Dados Espaciais de Campinas**. Disponível em: <https://informacao-didc.campinas.sp.gov.br/metadados.php>. Acesso em: abri. 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS (PMC). Portal da Prefeitura. **Planejamento e Desenvolvimento Urbano**. Disponível em: <https://www.campinas.sp.gov.br/secretaria/planejamento-e-desenvolvimento-urbano/pagina/a-cidade>. Acesso em: abri. 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS (PMC). **Plano Local de Ação Climática**. DECRETO Nº 23.435, DE 27 DE JUNHO DE 2024. Disponível em: <https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaroriginal/id/142469>. Acesso: jun. 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS (PMC). **Plano Diretor Estratégico do município de Campinas**. Lei Municipal Complementar 189 de 08 de janeiro de 2018. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sp/c/campinas/lei-complementar/2018/19/189/lei-complementar-n-189-2018-dispoe-sobre-o-plano-diretor-estrategico-do-municipio-de-campinas>. Acesso: abri. 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS (PMC). Plano Municipal do Verde - Diagnóstico. Disponível em: <https://portal-api.campinas.sp.gov.br/sites/default/files/secretarias/arquivos-complementares/142/2024/01/16-114029/vol-2-diagnostico.pdf>. Acesso: abr. 2025.